

## "Todos que querem chegar à Presidência devem articular alianças"

Maguito Vilela, presidente do PMDB, ao comentar sobre a atitude do pré-candidato do PMDB à Presidência, Itamar Franco, de procurar ontem o pré-candidato do PPS, Ciro Gomes.

# Hood Robin, Guilherme Tell e metas sociais



MARCELO NERI

O trabalho intitulado "Mapa do Fim da Fome: Metas Sociais contra Miséria" lançado pela FGV, suscitou reações positivas, negativas e outras muito pelo contrário. No processo de rescaldo do acalorado debate, esgrimamos com uma série de atores centrais no debate social brasileiro atual, incluindo alguns aliados no combate à pobreza das pessoas e das idéias.

Inicialmente, surgiu a discussão sobre o valor das linhas de indigência adotadas e de seu corolário imediato, o número de miseráveis brasileiros. A contribuição inesperada deste embate foi trazer à tona a necessidade do governo adotar linhas de misérias oficiais.

Se 50 milhões de indigentes incomoda muita gente, 14 reais mês por não indigente, incomoda muito mais. Este peque-

no grande número se refere ao valor mínimo médio necessário por não indigente para se por fim à indigência. Rateamos o menor valor de transferências em direção aos miseráveis capaz de içar cada indigente ao piso de suas necessidades calóricas. Este número deveria funcionar como uma referência do custo de oportunidade social aos diversos programas sociais.

Alguns interlocutores interpretaram os 14 reais de forma literal. Como se a FGV estivesse lançando uma campanha de contribuições voluntárias na linha daquela concebida pelo Betinho, há alguns anos. Seguindo o mote, uns lançaram a proposta de se cobrar uma taxa adicional de 5% sobre as despesas em restaurantes como forma de financiamento de uma campanha contra fome. Como se despesas de alimentação dos famintos devessem ser financiadas por impostos advindas de despesas da mesma natureza por não famintos. A capacidade de geração de fundos desta iniciativa seria limitada a 0,13% da renda das famílias, menos de 3,3% dos recursos necessários para empreitada.

Recentemente, um pesquisador do IPEA propôs que os fundos necessários pa-

ra o fim da miséria seriam providos através de uma alíquota de imposto de 100% sobre a renda das famílias que superam 8,5 mil reais mensais, denominada linha (ou teto) de riqueza. O último que tentou algo do gênero, movido por outras motivações há uma década, provocou a maior recessão da história documentada brasileira e um precedente perigoso.

Pior do que um calote, é um calote anunciado. Pois o último compartilha de todas as desvantagens do primeiro, sem alcançar as fontes de financiamento desejadas. Se tal expediente fosse anunciado de maneira crível, o capital dos brasileiros abastados tenderia a migrar para outros países. Destino semelhante aos trabalhadores de alta produtividade. Além da massiva fuga de capital e de cérebros, tal esquema proporcionaria um brutal desincentivo ao trabalho e à formalidade para o restante da elite que aqui permanecesse.

O objetivo declarado de nossa iniciativa foi dar visibilidade à proposta de que governos, em geral, adotem metas sociais explícitas. Não apenas como um expediente gerencial de programas mas como um mecanismo de diálogo entre

Estado e sociedade.

Um último tipo de questão surgida se refere ao fato do trabalho lidar com medidas de miséria baseadas em renda, desprezando outras dimensões essenciais das condições de vida dos desvalidos. Obviamente, a pobreza é um fenômeno complexo e multifacetado. Agora, é melhor lidar com uma medida imperfeita mas razoável

### Esforços devem ser alocados no foco e na durabilidade dos gastos sociais, e não em fontes adicionais de financiamento

de miséria do que evadir o problema, ou ficar no plano abstrato. No dia em que criarem um medidor da cor das bochechas das crianças, como medida de bem estar, serei um grande usuário da engenhoca, pois concordo que a infância guarda o futuro da miséria brasileira. Mas enquanto a tecnologia não chega lá, temos de trabalhar nas abordagens sistêmicas disponíveis. A proposta é que se adote como meta

um indicador sintético na linha do IDH da ONU, ligeiramente modificado (vide esta coluna em 31/10/2000).

Em suma, o nosso diagnóstico é que a política social brasileira não padece de um problema de mobilização de recursos mas de focalização e miopia. Isto é, a verba alocada em programas sociais, via de regra, não chega aos miseráveis, e quando chega, não proporciona melhorias sustentadas nas suas condições de vida. Os esforços devem ser alocados na boa composição dos gastos e não em fontes adicionais de financiamento. A verdadeira política Robin Hood é aquela praticada no dia a dia da nossa violência urbana, face à tradicional inversão de valores da política social brasileira. Mais do que Hood Robin, um apelido mais apropriado para a nossa prática social, talvez seja Guilherme Tell, em alusão ao personagem suíço que ficou conhecido por atirar flecha sobre a cabeça de seu filho.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras.  
E-mail: mcneri@fgv.br